

A Dislexia do Desenvolvimento nas páginas dos jornais: uma análise das matérias sobre o distúrbio publicadas nos três maiores jornais do Brasil no período 2010 – 2017

Vera Helena Gomes Wielewicksi¹

Elerson Cestaro Remundini²

RESUMO

O presente artigo consiste numa análise das dezesseis matérias sobre dislexia publicadas nos três jornais de maior circulação do Brasil desde 2010, com intuito de verificar como a imprensa tende a abordar o distúrbio e, conseqüentemente, a que tipo de informações referentes a ele os leitores têm acesso. Este trabalho também teve por objetivo investigar se o conteúdo das matérias tem o potencial de esclarecer questões relacionadas à dislexia, promovendo, assim, uma divulgação responsável do tema. Esta iniciativa se justifica pela premissa de que informar sobre a dislexia é crucial para que a comunidade escolar (professores, alunos e pais) se torne cada vez mais apta a lidar com o problema. O arcabouço teórico desta pesquisa conta com contribuições de Behan (2001), Boder (1983) e Johnson & Myklebust (1983), dentre outros. Com elas foi confrontado o conteúdo das matérias dos jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estadão. Trata-se, portanto, de revisão bibliográfica aplicada para avaliar a acurácia e a relevância das matérias. Os resultados revelaram que, apesar de algumas divergências e pontos negativos, elas, em sua expressiva maioria, apresentam potencial de contribuição para o esclarecimento de questões concernentes à dislexia do desenvolvimento.

Palavras-chave: Dislexia do Desenvolvimento; Matérias Jornalísticas; Informação.

1 Pós-doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Letras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: vhwielewicksi@gmail.com

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: cestaromim@hotmail.com

Developmental Dyslexia in the news: an analysis of newspaper articles about the disorder published in the three largest Brazilian newspapers between 2010 and 2017

ABSTRACT

This study is an analysis of sixteen newspaper articles about dyslexia published in the three main Brazilian newspapers between 2010 and 2017, in order to verify how the press tends to approach the disorder and, consequently, what type of information is at the readers' disposal. This research also aimed at investigating if the content conveyed by the sixteen articles is potentially capable of providing readers with awareness of important aspects of dyslexia, thus spreading information about the disorder in a responsible way. This work is based on the premise according to which providing the population with information on dyslexia is pivotal for enabling the school community (teachers, students and parents) to face the problem. The theoretical framework includes contributions by Behan (2001), Benton (1980) and Johnson & Myklebust (1983), among others. The content of the newspaper articles by *O Globo*, *Folha de São Paulo* and *O Estadão* was then set against the theoretical framework. It is, therefore, a bibliographic review applied in an evaluation of the accuracy and relevance of the articles' content. The results point that, despite some mismatching and negative aspects, most of the articles present potential contribution for raising readers' awareness of issues related to the disorder.

Keywords: Developmental Dyslexia; Newspaper Articles; Information.

La dislexia del desarrollo en las noticias: un análisis de las materias sobre el trastorno publicadas en los tres mayores diarios de Brasil entre 2010 y 2017

RESUMEN

El presente artículo consiste en un análisis de las dieciséis materias sobre dislexia publicadas en los tres diarios de mayor circulación de Brasil desde 2010, con la intención de verificar cómo la prensa tiende a abordar el disturbo y, en consecuencia, a qué tipo de informaciones referentes a él los lectores tienen acceso. Este trabajo también tuvo como objetivo investigar si el contenido de las materias tiene el potencial

de aclarar cuestiones relacionadas con la dislexia, promoviendo, así, una divulgación responsable del tema. Esta iniciativa se justifica por la premisa de que informar sobre la dislexia es crucial para que la comunidad escolar (profesores, alumnos y padres) se vuelva cada vez más apta a lidiar con el problema. La fundamentación teórica de esta investigación aporta contribuciones teóricas de Behan (2001), Boder (1983) y Johnson & Myklebust (1983), entre otros. Con ellas se confronta el contenido de los artículos de *O Globo*, *Folha de São Paulo* y *Estadão*. Se trata, por lo tanto, de una revisión bibliográfica aplicada para evaluar la precisión y la relevancia de las materias. Los resultados revelaron que, a pesar de algunas divergencias y puntos negativos, en su expresiva mayoría, presentan potencial de contribución para la aclaración de cuestiones concernientes a la dislexia del desarrollo.

Palabras clave: Dislexia del Desarrollo; Materias periodísticas; Información.

Introdução

A dislexia do desenvolvimento ainda é uma questão sobre a qual grande parte da população tem pouco ou nenhum conhecimento. O DSM-V (2013), manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, classifica a dislexia como um distúrbio de aprendizagem específico (DEA), uma desordem neurodesenvolvimental que compromete habilidades acadêmicas específicas, como a leitura e a escrita e, consequentemente, o desempenho do indivíduo no contexto escolar. Seu impacto negativo ainda pode ser observado em outros contextos, já que a dislexia também pode dificultar a coordenação motora e a percepção visual-espacial, além de acarretar baixa retenção memorial.

É no âmbito acadêmico que se concentram as informações das quais a sociedade necessita para entender o distúrbio. Porém, também é possível ter acesso a informações sobre o problema para além dos anais e periódicos acadêmicos. Há jornais, sobretudo os de grande circulação, como a *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, que publicam matérias relacionadas à dislexia, o que possibilita à sociedade se informar a respeito. Mesmo numa era em que o texto em papel perde cada vez mais espaço para o digital, ler o jornal físico ainda é um hábito arraigado de muitos, o que garante a sobrevivência desse meio de comunicação. Além disso, os jornais se adaptaram à nova realidade do

ciberespaço e hoje estão presentes também no meio digital, podendo ser acessados por uma legião de internautas.

Dessa forma, uma matéria sobre dislexia atinge dois perfis de leitores: os conservadores e os tecnológicos. Portanto, a inserção de matérias sobre a dislexia na pauta da imprensa representa iniciativa positiva diante da necessidade de informar sobre o tema. A falta de informação faz com que muitos pais deixem de buscar auxílio para seus filhos. Além disso, conhecer a dislexia capacita os docentes a lidar com ela em suas salas de aula e desperta a sensibilidade e a empatia dos alunos que convivem com colegas disléxicos. Nesse sentido, é importante que a imprensa dissemine informação a respeito do problema.

Todavia, é preciso considerar o teor do conteúdo veiculado, pois podemos ter como resultado a propagação de informações deturpadas e desprovidas de embasamento científico. Daí a necessidade de haver responsabilidade quanto ao tipo de informação que se dissemina. É com base nessa premissa que o presente artigo analisa matérias sobre a dislexia do desenvolvimento veiculadas por três jornais do Brasil. Trata-se de uma compilação de dezesseis matérias publicadas desde 2010 pelos três jornais de maior circulação no país, a saber, a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo (Estadão), como mostra pesquisa publicada pela própria Folha (MAIOR..., 2014d). Segundo busca realizada nos sites dos jornais supracitados no dia 02 de março de 2017, as dezesseis matérias que servem de objeto de estudo deste trabalho representavam a totalidade de matérias relacionadas, direta ou indiretamente, ao tema dislexia publicadas pelos três veículos no período compreendido pela pesquisa, sendo cinco matérias pela Folha, sete por O Globo e quatro pelo Estadão.

O objetivos da análise são: investigar como a imprensa tem abordado o distúrbio; levantar os tipos de informação sobre ele aos quais os leitores têm acesso; avaliar se as matérias selecionadas têm potencial para esclarecer questões concernentes à dislexia do desenvolvimento, promovendo uma divulgação responsável do tema, ou se, ao contrário, verifica-se potencial de impacto negativo junto aos leitores, no sentido de reforçar estereótipos, minimizar a importância do tema ou ser de pouca relevância.

O método aplicado consiste no confronto entre o arcabouço teórico e as informações veiculadas pelos jornais. Primeiro serão apresentados os pressupostos teóricos na fundamentação para, em seguida, realizarmos a análise. No primeiro momento do movimento analíti-

co, trataremos de como cada matéria faz referência à dislexia, se como distúrbio, transtorno, doença ou deficiência; em seguida será feito um levantamento das definições de dislexia do desenvolvimento apresentadas em cada uma delas; ainda abordaremos se e quais hipóteses para a(s) causa(s) da dislexia aparecem nas matérias. Num segundo momento, o foco recai sobre que perfil de dislético é exposto pelas matérias, ou seja, quais traços característicos da criança com dislexia são por elas mencionados; por fim, avaliaremos como questões concernentes ao diagnóstico são tratadas nas matérias.

A cada sessão apontaremos se as informações veiculadas pelos jornais encontram respaldo científico, tendo como base as contribuições teóricas aqui expostas, como as de Kajihara (2009), Lyon, Shaywitz & Shaywitz (2003), Frank (2003), Johnson & Michaelbust (1983) e Boder (1973), além de adeptos da neuropsicologia cognitiva, como Ellis (1995) e Temple (2001).

Dislexia: conceituação, sintomas e diagnóstico

A falta de conhecimento da sociedade sobre a dislexia não se refere apenas a informações mais específicas a respeito do problema. Muito provavelmente, a primeira lacuna tenha a ver justamente com a sua conceituação. Temple (et al., 2001, p.299 e 305) se refere à dislexia do desenvolvimento como um “distúrbio” (*disorder*). Também Rayner lança mão do termo “distúrbio” (*apud* KAJIHARA, 2009, p. 76), assim como o fazem Lyon (2003, p.2) e Johnson & Michaelbust (1983). Já Andrew Ellis cita a definição de dislexia da *World Federation of Neurology*, segundo a qual se trata de um “transtorno” (ELLIS, 1993 p.106).

Elena Boder (1973, p.663), por sua vez, refere-se à dislexia como “[...] *learning disability* [...]”. O termo *disability* pode ser traduzido como incapacidade, o que serviria ao propósito. Levando em conta que o vocábulo consiste na adição do prefixo *dis* (de carga semântica negativa) ao termo *ability* (habilidade), pode-se depreender da definição de Boder que a dislexia é uma inabilidade de aprendizado (*learning*). Contudo, tal conceito parece se diferenciar do de distúrbio, já que este parece ser a causa daquele. Logo, a incapacidade de aprendizado não seria a dislexia em si, mas sua consequência. Nota-se, portanto, que há divergência na literatura especializada com relação ao emprego de um único termo que seja capaz de designar a dislexia quanto à categoria à qual ela pertence.

Todavia, em quatro dos seis textos teóricos citados, ou seja, a grande maioria, vemos o emprego do termo “distúrbio”.

Quanto às definições de dislexia, apesar de existirem algumas variantes, em linhas gerais elas apresentam o mesmo construto. Segundo Critchley (*apud* ELLIS 1995, p. 106), a dislexia é um “[...] transtorno manifestado por dificuldade da aprendizagem da leitura, apesar de instrução convencional, inteligência adequada e oportunidade sociocultural”. Ellis ainda ressalta que esse conceito é comum nas diversas definições de dislexia registradas nos âmbitos médico e escolar. Isso fica claro na definição exposta por Temple (et al., 2001, p. 299), que cita Shaywitz para dizer que a dislexia “[...] se caracteriza pela dificuldade de ler, apesar de motivação, instrução e habilidades sensoriais necessárias para a leitura adequada”. Rayner (*apud* KAJIHARA, 2008, p. 76) atenta para a heterogeneidade das manifestações da dislexia, definindo-a como “[...] distúrbio de leitura que pode variar ao longo de um *continuum* de leve a severo”. Lyon (2003, p. 2), por sua vez, define a dislexia como um “[...] distúrbio específico de aprendizagem, de origem neurobiológica [e que] é caracterizada por dificuldades na precisão e/ou fluência do reconhecimento de palavras”. Como se pode notar, o autor também faz menção à causa do problema, assunto do qual passamos a tratar em seguida.

Ellis (1995) aborda a base biológica da dislexia, referindo-se a uma fragilidade nascida com aqueles que apresentam o distúrbio. O autor cita estudos realizados por Vogler, DeFries e Decker em 1985 sobre a herança de problemas relacionados à leitura. Tais estudos revelaram maior propensão a esses problemas em crianças cujos pais também apresentavam problemas dessa ordem. Ellis (1995, p.120) ainda cita um estudo conduzido por Olson et al. (1990), segundo o qual “[...] a variação na capacidade fonológica da espécie necessária para a segmentação de fonemas em palavras faladas ou para a leitura de não-palavras era altamente transmissível geneticamente”. O estudo contrastou a ocorrência de problemas de leitura de gêmeos univitelinos e gêmeos fraternos e revelou que algumas crianças pareciam herdar um problema de ordem fonológica, apresentando fragilidade num dado aspecto da linguagem.

Ellis (1995) então passa a tratar de uma peculiaridade constitucional do cérebro dos disléxicos. Ele explica que o hemisfério cerebral esquerdo é incumbido dos processos relativos à linguagem em grande parte das pessoas. Algumas regiões desse hemisfério estão particularmente envolvidas no processamento da linguagem e são, em geral,

maiores que as áreas correspondentes no hemisfério direito, que vem a ser o não-linguístico. Uma dessas áreas é chamada plano temporal, área esta que foi medida por Galaburda e Kemper (1979) em ambos os hemisférios de um número reduzido de cérebros de disléxicos. Os estudiosos concluíram que a assimetria tipicamente verificada no cérebro humano não existia nos cérebros examinados. Ellis (1995) também cita estudos posteriores que corroboraram a descoberta de Galaburda e Kemper (1979), confirmando a ausência de assimetria.

O plano temporal, região estudada no experimento citado anteriormente, integra a área de Wernicke, que empenha função no processamento da linguagem, o que explicaria muito a respeito da origem da dislexia. Todavia, Ellis (1995) é cauteloso quanto à afirmação de que ele seria a área do distúrbio, sobretudo porque a simetria que fornece evidências para tal não existe no cérebro de alguns disléxicos, como mostram outras pesquisas. O autor ainda ressalta que, sendo os disléxicos do desenvolvimento diferentes entre si nos graus e manifestações do distúrbio, é possível que as anormalidades neurológicas que o causam sejam diferentes de acordo com o caso (ELLIS, 1995, p. 121). O autor ainda menciona descobertas da década de 1990 sobre o aumento no fluxo sanguíneo do hemisfério esquerdo em um grupo de disléxicos adultos destros quando da atividade de leitura. Foram detectados aumentos nos níveis de atividade desse hemisfério, o que mostra que a leitura na maioria dos disléxicos do desenvolvimento é mediada por ele, assim como ocorre com a maioria dos não disléxicos.

Apesar de evidências de uma base neurológica para dislexia, Temple (2001) aponta que as causas subjacentes do distúrbio permanecem desconhecidas. O estudioso faz referência a pesquisas realizadas com o suporte da neuroimagem funcional, que possibilitaram identificar atividade normal ou acima do normal nas regiões da linguagem do lobo frontal do hemisfério esquerdo do cérebro de disléxicos adultos durante o processo fonológico, ao passo que nas regiões da linguagem do temporal-parietal foi detectada atividade baixa ou ausente. De forma conclusiva, as regiões temporal-parietais demonstram uma desconexão estrutural e/ou funcional nos adultos disléxicos. Um estudo de Temple (2001), cujo objetivo foi verificar se o mesmo ocorria com crianças, revelou que elas tiveram performance debilitada numa tarefa de processamento fonológico e não apresentaram a ativação do temporal-parietal esquerdo verificada em crianças não disléxicas durante o mesmo tipo de

tarefa. Além disso, elas demonstraram atividade extra-estriada reduzida quando de uma tarefa ortográfica. Segundo Temple (2001), isso mostra que a dislexia na infância pode ser caracterizada por respostas neurais debilitadas numa região temporal-parietal crucial para o processamento fonológico e em regiões occipitais extra-estriadas que desempenham papel importante no processamento ortográfico.

Outra contribuição para os estudos das causas da dislexia é a Teoria Magnocelular da Dislexia do Desenvolvimento. Segundo ela, a origem do distúrbio seria um prejuízo nas células gigantes que constituem a via de processamento visual, que vai da retina ao cérebro. Essas células gigantes (magnocélulas) compõem a via magnocelular. Ocorre que nos disléxicos essa via apresenta desorganização e corpos celulares menores que os identificados em não disléxicos, estando ela comprometida. Isso causa prejuízos à leitura, pois ela demanda um processamento ágil e exato dos estímulos visuais e auditivos (letras e fonemas, respectivamente), papel empenhado pelas magnocélulas (KAJIHARA, 2008, p.160-162).

De forma conclusiva, apesar de haver consenso sobre a origem biológica da dislexia, ainda parecemos estar distantes de elucidações mais precisas. Como ressalta Kajihara (2009, p.5), não se tem, até o momento, conhecimento do que impede a ativação da região temporal esquerda do cérebro de um disléxico quando da realização de tarefas fonológicas, nem sobre a função exata das magnocélulas no processo de leitura de palavras.

E se há diferentes hipóteses para as causas do distúrbio, o mesmo se verifica em suas manifestações. Ellis (1995, p. 108), ao tratar do perfil do disléxico, aponta que ele pode variar, na medida em que tende a englobar "[...] outros problemas cognitivos que acompanham a fraca leitura". O autor menciona dificuldade para nomear objetos, com a discriminação dos sons na fala, na compreensão e repetição de sentenças faladas, além de problemas com o sequenciamento de fonemas, articulação, coordenação motora, percepção visual-espacial e memória. Todavia, o que caracteriza o perfil do disléxico é, sobretudo, a dificuldade com a leitura, o que, ao longo dos anos, contribuiu para a consolidação da ideia equivocada de que a criança com dislexia seria intelectualmente inferior ou privada de inteligência. Trata-se de uma falácia. Ao longo das décadas, vários estudiosos atestaram com veemência que a dislexia nada tem a ver com o grau de inteligência do indivíduo.

Em 1896, o médico inglês Pringle Morgan, como exposto por Benton (1980), descreve num artigo o caso de um garoto de catorze anos, com desenvolvimento intelectual satisfatório, mas que não era capaz de aprender a ler. O estudo de Morgan é considerado um dos primeiros registros sobre cegueira verbal congênita, nome que se dava, à época, à dislexia do desenvolvimento, e serviu como evidência de que a dislexia não é um fenômeno atrelado ao déficit intelectual (BENTON, 1980, p.10-11). Já em 1900, o oftalmologista escocês James Hinshelwood examinou dois garotos, um de dez e outro de onze anos de idade que, segundo os pais, eram inteligentes, bons em matemática, se expressavam bem e tinham ótima memória, mas não liam. Dezesseis anos depois, Hinshelwood publicaria o livro *"Congenital Word-Blindness"*, que aborda as principais características dos disléticos, sendo uma delas o fato de eles possuírem inteligência média ou acima da média (BEHAN, 2001, p.59-61).

Em 1969, o neurologista americano MacDonald Critchley, então presidente da Federação Mundial de Neurologia, divulga conceito de dislexia segundo o qual o dislético apresenta "[...] inteligência adequada [...]" (BENTON, 1980, p.108). Isso foi corroborado por Jonson & Myklebust (1983, p. 175), para quem "a criança portadora de dislexia apresenta inteligência normal". Os mesmos autores alertam que "as crianças que não aprendem a ler geralmente são categorizadas como sendo mentalmente limítrofes ou emocionalmente perturbadas [já a] criança dislética não é nem uma coisa e nem outra" (idem). Diante do exposto, parece não haver razão para questionar a inteligência dos disléticos.

Porém, chegar à certeza de que uma criança com dificuldades de leitura é realmente dislética é uma tarefa demasiado árdua. Ellis (1995) aborda as dificuldades em se diagnosticar a dislexia, que são decorrentes do fato de que, embora a origem do distúrbio seja de ordem da constituição neurobiológica, os critérios de definição de um quadro de dislexia são de ordem psicológica e social. Ellis (1995) aponta que, para que uma criança seja potencialmente dislética, seu QI deve estar igual ou acima de um determinado nível – sobre o qual, segundo o autor, não há consenso entre estudiosos do distúrbio – e sua capacidade de leitura deve estar aquém do que se espera na sua idade e diante do QI considerado satisfatório. Então viriam outros critérios: não apresentar fraca audição ou visão, receber ensino de qualidade e não estar inserida em um contexto social e/ou emocional nocivo ao seu rendimento esco-

lar. O autor atenta para a necessidade de cautela com relação às estatísticas. Para ele, os números estimados de disléxicos, por vezes elevados, talvez sejam irreais.

Outra preocupação exposta por Ellis (1995) quando do diagnóstico é a heterogeneidade verificada entre os disléxicos, ou seja, as diferenças em termos de outros problemas cognitivos que não o da leitura. Ademais, há que se levar em conta os dois tipos de dislexia do desenvolvimento, classificados pela neuropsicologia cognitiva como “dislexia fonológica do desenvolvimento” e “dislexia de superfície do desenvolvimento” (ELLIS, 1995). Trata-se, respectivamente, do que Micklebust (1983) nomeou “dislexia auditiva” e “dislexia visual”, e Boder (1973) intitulou “dislexia disfonética” e “dislexia disidética”.

Os disléxicos fonológicos se alicerçam no reconhecimento da palavra como um todo e apresentam prejuízo das habilidades fonológicas relacionadas à leitura. Eles não se beneficiam da leitura de palavras regulares, já que leem toda e qualquer palavra de forma holística. Também não se beneficiam da conversão sublexical de letra para som, possibilitada por palavras regulares. Sua leitura de palavras reais não é perfeita e eles estão sujeitos a erros de ordem visual ao lerem em voz alta palavras isoladas. Já os disléxicos de superfície se apoiam nos procedimentos fonológicos de conversão de letras em sons quando da leitura em voz alta. Eles têm pouca dificuldade na leitura de palavras regulares, mas costumam regularizar as que são irregulares (ELLIS, 1995).

Fazendo um paralelo dos dois tipos de disléxicos com as duas rotas/vias de leitura, a lexical e a sublexical (ELLIS, 1995), é esperado que o disléxico fonológico encontre meios de progredir na leitura através da rota/via lexical, pois esta lhe permite reconhecer de forma visual uma palavra não inventada e que ele já tenha visto antes (leitura do todo); já o disléxico de superfície tende a se beneficiar da rota/via sublexical, já que esta prevê a conversão grafema-fonema, ou seja, da palavra escrita em seu equivalente fonológico, seja a palavra familiar, não-familiar ou inventada.

Uma opção para o diagnóstico é a avaliação neuropsicológica da dislexia, uma contribuição da neuropsicologia cognitiva. Como explicitado por Kajihara (2009, p.69), “[...] a neuropsicologia cognitiva utiliza modelos que explicam o processo normal de leitura para investigar, minuciosamente, os padrões de leitura de pessoas disléxicas”. Uma vez expostos os preceitos teóricos pertinentes ao propósito do trabalho,

passamos agora à análise, calcada no confronto destes preceitos com o conteúdo das matérias jornalísticas.

Análise das matérias jornalísticas em face das contribuições científicas: conceituação, definição e causas da dislexia

Iniciamos a análise a partir de uma sondagem dos termos empregados pelas matérias jornalísticas examinadas para a conceituação da dislexia. Observa-se que a maioria delas se utiliza do termo *distúrbio* (assim como ocorrido nos textos citados na fundamentação teórica), totalizando cinco (uma da Folha, três de O Globo e uma do Estadão); quatro fazem uso do termo *transtorno*, sendo três da Folha e uma de O Globo; em outras duas (uma da Folha e uma do Estadão) é verificada a utilização de ambos os termos; em outra matéria do Estadão, a dislexia é citada como uma *doença* e um *distúrbio*; uma das reportagens de O Globo aplica o termo *deficiência*; nas três reportagens restantes, todas publicadas pelo jornal O Globo, não se verifica o emprego de quaisquer dos termos, o que pode ser justificado, ao menos no caso de uma delas, por se tratar de reportagem que não aborda diretamente a dislexia. Para entendermos as implicações do emprego dos termos acima expostos, recorreremos à consulta ao Dicionário de Termos Técnicos de Medicina e Saúde. Seguem as definições dos três termos:

“Distúrbio S. m. *Patol.*: 1. Perturbação; desvio da normalidade; interrupção ou interferência com um estado normal. 2. Anomalia da estrutura, da função ou de ambas em um órgão ou sistema, que resulta de falha genética ou do desenvolvimento embrionário imperfeito, ou então, de fatores exógenos, quaisquer que sejam suas causas” (REY, 1999, p. 229); “Transtorno S. m. *Psiquiatr.* (CID): 1. Ato ou efeito de transtornar. 2. Desarranjo, desordem. 3. Doença ou perturbação mental” (REY, 1999, p. 756); “Doença S. f. *Patol.* 1. Alteração do estado de saúde. 2. Disfunção fisiológica ou psicológica de um indivíduo. 3. Perturbação das funções normais de um ou de vários órgãos, cujas causas podem ser conhecidas ou não, traduzindo-se por um conjunto de sintomas e sinais clínicos que orientam ou asseguram o diagnóstico. Sinônimos: moléstia, enfermidade, mal” (REY, 1999, p. 233); “Deficiência S. f. *Patol.*: termo geral englobando toda e qualquer perturbação ou limitação de uma estrutura anatômica ou de uma função fisiológica ou psicológica, podendo causar ou não mau funcionamento do organismo como um todo. Nesta área

assinalam-se nuances entre os termos sinônimos de deficiência: **enfermidade, incapacidade, handicap e invalidez**, os primeiros referindo-se a causas e os últimos a consequências de processos patológicos [...]” (REY, 1999, p. 199).

Nota-se que os quatro verbetes têm em comum, nas suas respectivas definições, o vocábulo “perturbação”, que é usado pelo mesmo dicionário para definir a dislexia: “Dislexia S. f. *Neurol.*: Perturbação da capacidade de ler, que se traduz por erros, omissões, inversões de letras, sílabas, números etc.” (REY, 1999, p. 226). Porém, não se trata de termos sinônimos entre si. Diante disso, fica claro que a dislexia não deveria, do ponto de vista técnico, ser considerada (igualmente) distúrbio, transtorno, doença e deficiência, mas somente uma dessas coisas. O termo que melhor parece designá-la é “distúrbio”, por ser ela uma espécie de “interrupção ou interferência com um estado normal”, ou seja, o da aptidão à leitura, já que é “normal” que as crianças respondam satisfatoriamente ao processo de alfabetização. O emprego do termo ainda se justifica porque a dislexia é uma “[...] anomalia da estrutura, da função ou de ambas em um órgão [cérebro] ou sistema, que resulta de falha genética [dislexia do desenvolvimento]” (REY, 1999, p. 229). Sendo assim, as duas definições de “distúrbio” trazidas pelo dicionário consultado abarcam as características do problema.

Já o termo “transtorno” parece aplicar-se mais a quadros de ordem psiquiátrica, muito embora as noções de “desarranjo, desordem” também remetam à dislexia. Há que se considerar, porém, o fato de que Rey (1999) traz o verbete “transtorno cognitivo leve”, por ele definido como “[...] alteração da memória, da orientação e da capacidade de aprendizado”, o que parece, ao menos à primeira vista, ser o caso da dislexia.

O termo “doença”, por sua vez, parece distante daquilo que conceituaria a dislexia, apesar de abarcar as ideias de “perturbação das funções normais de um ou de vários órgãos”, no caso o cérebro, e “disfunção fisiológica”. O que parece inviabilizar o emprego do termo é o fato de ele designar “alteração do estado de saúde”, o que não se aplica à dislexia.

Por fim, o termo “deficiência” até se aproxima daquilo que se concebe como dislexia, pois designa “limitação de uma estrutura anatômica” (o cérebro, que tem sua capacidade de decodificação de signos linguísticos limitada). Porém, de acordo com a definição, tal limitação pode ou não causar “mau funcionamento do organismo como um todo”.

Tal definição vai muito além do que se entende por dislexia, já que o problema não afeta o organismo como um todo em quaisquer circunstâncias. Além disso, a definição aponta como termo sinônimo “enfermidade”, o que definitivamente não caracteriza a dislexia.

Todavia, há outros dois termos sinônimos com certa proximidade do conceito de dislexia: “incapacidade” e “handicap”. O primeiro pode fazer algum sentido, já que a dislexia pode ser vista como incapacidade de ler. De qualquer forma, há disléxicos que não são totalmente incapazes de desenvolver e aprimorar tal habilidade, apesar de encontrarem grande dificuldade. É nesse sentido que “*handicap*” parece menos distante, pois designa qualquer desvantagem que dificulta o sucesso, o que é claramente o caso vivenciado pelos disléxicos. Já o termo “invalidez”, como dito em tópico anterior, nada tem a ver com o problema. Em todo caso, a palavra “deficiência” por vezes pode soar pejorativa. Talvez isso explique as escolhas terminológicas dos jornalistas e entrevistados ao categorizarem a dislexia, ou seja, o fato de o termo “deficiência” ter aparecido em apenas uma das reportagens, e o termo “distúrbio” ter prevalecido. Pode-se pressupor que o último tenha sido convencionado como termo adequado pelos especialistas que estudam o problema.

Quanto às definições de dislexia apresentadas pelos três jornais, percebemos que as da Folha, em geral, são similares às aquelas expostas na fundamentação teórica do presente trabalho. Duas delas definem a dislexia, respectivamente, como “[...] transtorno neurológico que compromete o aprendizado das palavras e a leitura” (GENESTRETI, 2010) e “[...] transtorno de aprendizagem causado por dificuldade acima do comum para ler e escrever” (ROCHA, 2012b). Outra matéria da Folha define a dislexia, ainda que indiretamente, como “[...] distúrbio de aprendizagem [...]” (TAKAHASHI, 2012c), uma definição pouco precisa, já que o termo aprendizagem abarca muito mais que a leitura, aspecto central do distúrbio. Das duas matérias restantes, uma não apresenta definição e a outra se vale da fala da coordenadora de um instituto que atende crianças com transtornos de aprendizagem, para quem a dislexia “[...] é uma condição, uma forma diferente de ler símbolos, de aprender e de se desenvolver” (EVENTO..., 2013d). Está claro, porém, que a entrevistada não pretendeu definir cientificamente o distúrbio. Vale ressaltar a perspectiva positiva pela qual ela enxerga o problema ao aplicar o termo “condição” que não tem uma carga semântica negativa como a do termo “distúrbio”. Ademais, o restante da fala dá a ideia de que ser disléxico

nada mais é que uma condição em que a leitura, o aprendizado e o desenvolvimento são possíveis, mas de forma diferente de como ocorre com outras crianças.

Quanto às matérias do Estadão, temos definições bastante próximas: “[...] distúrbio [que] compromete a aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração” (ODA, 2011); “[...] distúrbio de leitura / problema grave de leitura” (DISLEXIA..., 2014b), também condizentes com o que dizem os teóricos aqui apresentados. As outras duas matérias do jornal paulistano, por sua vez, não apresentam definição.

Por fim, temos O Globo, com três matérias apresentando definições. Segundo a primeira, trata-se de “[...] distúrbio que provoca dificuldade em aprender a soletrar, ler e escrever” (PARA PESQUISADOR..., 2014a); a segunda, por sua vez, indica que a dislexia é “[...] um distúrbio de aprendizado no qual a capacidade de leitura e escrita fica comprometida, bem como a concentração e a atenção” (APESAR DE..., 2015a). Ambas as definições estão dentro do que postulam os especialistas. No entanto, a terceira e última definição parece inusitada. Logo após o termo “dislexia”, temos entre parênteses a frase “desvio de atenção” (VÍDEO..., 2014c). Por tudo que se viu nas explanações teóricas deste estudo, essa concepção de dislexia é, além de reducionista, equivocada.

Vale ressaltar que, com relação ao tipo de dislexia quanto à sua causa, todas as dezesseis reportagens tratam da dislexia do desenvolvimento, muito embora apenas uma delas (do Estadão) o faça marcadamente, nomeando-a como tal. Todavia, a nomenclatura empregada parece ser resultado de um deslize de tradução: “dislexia desenvolvimental” (uma possível tentativa de traduzir o termo *developmental*), brevemente descrita como sendo “[...] de origem genética [e] que não é causada por trauma no cérebro” (2012a). Há uma reportagem do Estadão (VENTURA, 2015b) que, muito embora narre a história de uma psicopedagoga que tem dislexia adquirida, trata do trabalho desenvolvido por essa mesma psicopedagoga com crianças que têm dislexia do desenvolvimento. Já com relação aos tipos de dislexia (de superfície ou fonológica), não foi encontrada qualquer menção.

Como as matérias examinadas traçam o perfil do disléxico

É natural que, por não saberem o que é ao certo a dislexia, a maioria das pessoas também não tenha ideia de qual seja o perfil de quem

sofre do distúrbio. Daí a importância de matérias que tragam conhecimento ao público. Dentre as matérias examinadas, nove delas contêm informações que ajudam a compor em linhas gerais para o leitor o perfil do disléxico. Primeiro temos a informação de que “[...] pessoas com dislexia têm dificuldades em relacionar som e grafia; para aprender, precisam de mais tempo”, em uma das matérias da Folha (TAKAHASHI, 2012c). As características apontadas pela matéria são condizentes com o que atesta a literatura. Vale ressaltar a passagem “precisam de mais tempo”, informação relevante (sobretudo a professores) exposta de forma simples e objetiva, talvez na tentativa de conscientizar o leitor das dificuldades impostas pela dislexia, em virtude das quais a criança tem de investir mais tempo que as outras na execução de tarefas relativamente simples.

Três matérias do jornal O Globo também ajudam a compor o perfil do disléxico. Uma delas sintetiza a informação veiculada pela Folha, exposta acima. Segundo a matéria, o disléxico “[...] apresenta dificuldade de aprendizado e concentração” (APESAR DE..., 2015a). A matéria ainda menciona “[...] dispersão e troca de fonemas”. A segunda aponta que a “[...] dificuldade para ler, escrever ou soletrar, principalmente na fase de alfabetização, pode não ter nada a ver com preguiça de estudar, como acreditam alguns pais” (ALERTA..., 2016). Desse modo, a matéria deixa claro quais problemas a dislexia acarreta à criança e, o mais importante, que eles não são traços de uma criança preguiçosa, mas sim, disléxica, o que contribui para a derrubada de um mito que submete milhares de crianças a uma injustiça cruel. A mesma reportagem ainda diz que se trata de crianças “[...] que têm dificuldades para identificar as letras do nome, que não associam cores ou com histórico familiar”. É válido dizer que o fator hereditariedade não é consenso entre estudiosos do distúrbio, muito embora alguns o defendam, como visto na fundamentação teórica.

Mas a contribuição mais relevante do jornal carioca na composição do perfil do disléxico é vista na matéria que diz que o distúrbio “[...] é erroneamente confundido como falta de inteligência” (APESAR DE..., 2015a). Tal informação contribui para combater o mito (ainda presente em alguns ambientes escolares) segundo o qual o disléxico teria inteligência limítrofe ou nula, mito este dissolvido por contribuições teóricas, como visto previamente.

Tal informação é fornecida com mais ênfase por uma matéria do Estadão: “[...] em geral, a criança [disléxica] é bastante inteligente, mas seu desempenho escolar é fraco” (ODA, 2011). A matéria ainda transcreve

uma fala de Maria Angela Nogueira Nico, psicopedagoga e coordenadora científica da Associação Brasileira de Dislexia, que é taxativa ao se referir ao julgamento errôneo do qual os disléxicos costumam ser vítimas: “[...] pode achar que é burro, quando na verdade o disléxico é inteligente”. Ainda na mesma matéria, a psicopedagoga frisa que “[...]o problema não tem relação com déficits intelectuais” ao dizer que “[...] qualquer problema cognitivo, intelectual já descarta a possibilidade de a pessoa ser disléxica”. Além disso, antes da fala da profissional, menciona-se que o cientista Albert Einstein também era disléxico, argumento convincente para que o leitor abandone definitivamente a ideia de que o disléxico é desprovido de inteligência. Portanto, duas das matérias examinadas se preocuparam em esclarecer aos leitores que as dificuldades de aprendizado vivenciadas por essas crianças não se devem a limitações intelectuais.

Porém, é do jornal O Estadão (ODA, 2011) a matéria que traça o perfil mais completo. São apontados: dificuldade para lembrar o nome de letras, números e cores; troca de fonemas em letras como ‘t’ e ‘d’, ‘p’ e ‘b’; problemas para diferenciar letras simétricas como ‘d’ e ‘b’, ‘p’ e ‘d’ (ou seja, a dificuldade na conversão grafema-fonema); falhas de orientação temporal e espacial; inversão e omissão de sílabas; velocidade de leitura lenta para a idade; dificuldade para aprender uma segunda língua. Também são citadas características não verificadas na fundamentação teórica aqui disponibilizada, como atraso para desenvolver a fala, distúrbios de sono, tendência à hiper ou hipoatividade e confusão com cálculos.

Outra matéria do Estadão (VENTURA, 2015b) traz informação importante segundo a qual “[...] um disléxico sempre será disléxico”. A matéria, portanto, deixa claro que ser disléxico é um estado irreversível. No entanto, logo em seguida lê-se que “[...] isso não o condena a uma eterna deficiência de aprendizagem”, já que há maneiras de melhorar sua aprendizagem. Segundo a reportagem, “é um engano pensar que a pessoa com dislexia está condenada”. Tal informação é exposta também por duas reportagens de O Globo, segundo as quais “a dificuldade em leitura não é uma condenação para o resto da vida”, pois há exercícios que podem auxiliar o disléxico a driblar o problema (CRIANÇAS..., 2013a), e “é controverso dizer que tem cura, mas tem tratamento” (ALER-TA..., 2016). Assim, as matérias contribuem para esclarecer que, com auxílio de profissionais, o disléxico pode alcançar bons resultados.

Por fim, listamos outra matéria da Folha, na qual um adulto disléxico relata: “sempre fui o pior aluno de português e também de línguas es-

trangeiras. Tinha muita dificuldade com a leitura, mas descobri que possuía talento e facilidade para matemática e artes” (EVENTO..., 2013d). O breve relato informa ao leitor que o disléxico apresenta facilidade para atividades que não envolvam a leitura e a escrita, podendo se sobressair nelas.

Da(s) causa(s) da dislexia: estudos divulgados pelas matérias

Quatro das matérias examinadas tratam direta ou indiretamente de fatores que seriam a causa da dislexia. São duas da Folha, uma do Estadão e uma d'O Globo. A primeira reportagem da Folha a tratar do assunto o faz de forma breve, já que não é este seu propósito: a dislexia é um “[...] problema de falha neuronal” (TAKAHASHI, 2012c). A outra matéria (GENESTRETI, 2010) do mesmo jornal apresenta a fala de um médico, de acordo com quem teriam sido identificados locais nos cromossomos que podem ser marcadores genéticos do distúrbio. Todavia, ambas as matérias carecem de informações complementares.

Já a matéria d'O Globo (FALHA..., 2013e) tem como intuito divulgar uma descoberta sobre o que seria a causa da dislexia, o que fica claro logo na manchete, “Falha de conexão entre partes do cérebro é a causa da dislexia”, e no subtítulo, “Estudo revelou que, ao contrário do que se pensava, defeito nas representações fonéticas não era o problema de adultos com o distúrbio”. Trata-se de um estudo belga divulgado pela revista “Science”, e relatado na matéria do jornal carioca. Cientistas aplicaram duas técnicas na tentativa de mapear as principais diferenças entre as funções dos nervos cerebrais em dois grupos, um de disléxicos e um de não disléxicos, enquanto respondiam a estímulos de fala.

O primeiro teste focou nas representações fonéticas, e não foram verificadas diferenças no cérebro dos membros de ambos os grupos, o que demonstra que as representações dos disléxicos eram iguais às dos não disléxicos. Já no teste baseado na ligação entre as áreas do cérebro, os resultados apontaram que a conectividade estrutural e funcional entre o córtex auditivo bilateral e o giro frontal inferior do hemisfério esquerdo – uma região envolvida no processamento de fonemas – se mostrava consideravelmente prejudicada no grupo dos disléxicos. Porém, a matéria apresenta ressalva do líder da equipe de pesquisadores. Segundo ele, ainda é cedo para maiores conclusões, mesmo porque o estudo foi conduzido com adultos. A matéria ainda menciona o fato de o artigo científico ressaltar que pesquisas e tratamentos baseados na dificuldade das representações fonéticas devem continuar.

A última reportagem, sendo ela do Estadão (DISLEXIA..., 2014b), trata de uma descoberta de pesquisadores da Universidade de Hong Kong, segundo a qual a dislexia não teria uma origem biológica universal, sendo determinada também pela cultura na qual está inserido o sujeito. O estudo mostrou que a leitura e a dislexia ativam partes diferentes do cérebro em usuários de alfabetos de letras e dos icônicos, como o chinês. Segundo os pesquisadores, a leitura em chinês faz uso, sobretudo, da parte frontal do hemisfério esquerdo do cérebro. Já a leitura de alfabetos de letras se utiliza principalmente da parte posterior. A matéria ainda pontua que aprender a ler numa língua cuja escrita se utilize de letras demanda conhecimento do som das palavras, num processo em que a visão mapeia o som de cada termo (rota/via sublexical da leitura). Já na leitura de alfabetos iconográficos, é mapeada a imagem do caractere para que seu sentido seja memorizado (rota/via lexical da leitura).

Assim sendo, a fonética dos caracteres chineses não corresponde à forma, ao passo que, para a leitura em línguas de alfabetos de letras se faz necessária a decodificação do som de cada segmento do vocábulo. Resgatando um dos aspectos da fundamentação teórica, mais precisamente os tipos de dislexia, podemos concluir que o disléxico fonológico não tende a enfrentar grandes problemas no processo de alfabetização em língua chinesa, já que sua leitura se baseia no reconhecimento do todo.

Uma matéria do Estadão (VENTURA, 2015b) aponta para a ausência de explicações conclusivas a respeito das causas do distúrbio: “há muitos anos se discute a dislexia, suas causas e possíveis tratamentos”. De fato, o que se sabe a respeito das causas está no campo das hipóteses e da teorização. As informações concernentes à causa da dislexia trazidas pelas matérias se referem a descobertas mais recentes, e que ainda inspiram cautela, não havendo referências a contribuições anteriores ao período compreendido por esta pesquisa, como as expostas na fundamentação deste trabalho, a não ser o fato de se reafirmar a origem biológica do problema.

Como as matérias se posicionam a respeito do diagnóstico de dislexia

Matérias dos três jornais alertam para a necessidade de que o diagnóstico de dislexia seja resultado dos esforços de profissionais de diferentes áreas. Através de uma fala da então coordenadora científica

da Associação Brasileira de Dislexia (ABD), Maria Ângela Nogueira Mico, uma matéria do jornal O Globo (APESAR DE..., 2015a) defende que “a análise do paciente deve ser feita por uma equipe multidisciplinar, com médicos, neurologistas, psicólogos e fonoaudiólogos [...]”. A Folha (GENESTRETI, 2010) também alerta para os cuidados com o diagnóstico ao transcrever a fala da psicóloga Rosemari M. de Mello, então presidente da ABD, para quem “o diagnóstico do distúrbio é difícil, complexo e não pode ser fechado por um único médico, mas por uma equipe multiprofissional”.

Há outra matéria do Estadão (ODA, 2011) explicitando que o diagnóstico de dislexia não é simples e “[...] depende de uma avaliação multidisciplinar”, segundo Ana Luiza Nava, então professora do curso de Fonoaudiologia de uma faculdade de ciências médicas de São Paulo. A matéria ainda ressalta que “para o distúrbio ser confirmado, o indivíduo é submetido à avaliação de pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, pediatras e outros profissionais”. Uma matéria d’O Globo (2016) reforça que o diagnóstico “[...] é feito por exclusão — é preciso descartar deficiência visual ou escolarização inadequada, por exemplo”.

Uma das matérias do Estadão (ODA, 2011), através da fala da fonoaudióloga, psicopedagoga e então coordenadora científica da ABD, Maria Angela Nogueira Nico, alerta para a necessidade do diagnóstico precoce. Segundo ela, “quanto mais cedo for o diagnóstico, melhor para a criança, para a família e para a escola, que poderá trabalhar melhor com o aluno”. Esse posicionamento é endossado, na mesma matéria, por Debora Silva Castro, doutora em educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Ela chama atenção para a importância do diagnóstico precoce, que, segundo ela, pode evitar sequelas de ordem emocional. Todavia, a fala da doutora parece um tanto confusa, já que ela não deixa claro o quão precoce deve ser o diagnóstico. Ela diz apenas que ele “[...] só pode ser feito após a alfabetização [...]” porque “[...] até lá, os erros são comuns”.

Porém, essa recomendação é contradita por outra matéria do Estadão (Agência Fapesp, 2012a), cuja manchete é “É importante identificar a dislexia antes de entrar na escola, diz estudo”. A matéria diz no subtítulo que, “segundo pesquisadores, diferenças na atividade cerebral das crianças podem ser identificadas antes que elas comecem a ler”. Trata-se de estudo conduzido em 2012 no Children’s Hospital de Boston, Estados Unidos, com o auxílio de imagens de ressonância magnética. O caráter

controverso da pesquisa repousa sobre o fato de que, segundo ela, há crianças “[...] com risco de desenvolver a dislexia” quando se sabe que, na verdade, a dislexia é um distúrbio de ordem constitucional, e não uma mutação que ocorre no cérebro durante a infância. Essa ideia, portanto, não corresponde ao que foi postulado por cientistas e estudiosos do tema até então. Em todo caso, há outra matéria, de O Globo (ALERTA..., 2016), segundo a qual “embora o diagnóstico só possa ser cravado após a alfabetização, pais já devem ficar atentos a grupos de risco a partir dos 4 anos”.

Ainda a respeito do diagnóstico, duas matérias parecem corroborar com Ellis (1995) sobre o cuidado quando do diagnóstico de dislexia. Uma das reportagens do Estadão (ODA, 2011) evidencia que uma “[...] dificuldade do diagnóstico brasileiro são as falhas no sistema educacional. Há crianças que não aprenderam a ler porque não tiveram oportunidades adequadas”. Como visto na exposição teórica, um diagnóstico preciso deve se basear, dentre outras coisas, no fato comprovado de que a criança recebeu instrução escolar adequada. Já uma matéria de O Globo (PARA PESQUISADOR, 2014a) reproduz a entrevista a um jornal britânico de um especialista da Universidade de Durham, Inglaterra, Julian Elliot, para quem “[...] a definição de dislexia é tão ampla que torna impossível fazer qualquer separação significativa de outras pessoas que apresentem diferentes dificuldades em leitura”.

É disso que trata Ellis (1995), a respeito do número elevado de crianças ditas disléxicas, o que pode ser resultado de diagnósticos imprecisos. Porém, o especialista britânico talvez tenha sido radical ao afirmar que a dislexia é um “[...] rótulo sem sentido [...]”, uma “[...] desculpa usada pelos pais de classe média para encobrir falhas como preguiça e dificuldade na aprendizagem por parte dos filhos”, muito embora ele admita que algumas crianças tenham, sim, problemas complexos de leitura. De qualquer forma, ao final, a matéria busca mostrar o outro lado da questão, ao dizer que a reportagem original “também mostrou que as instituições de pesquisa defendem que a dislexia tem valor científico e educacional”.

Apenas uma das dezesseis matérias se dedica a abordar diretamente a questão da capacitação dos profissionais que realizam diagnósticos. A manchete do Estadão (ODA, 2011) denuncia: “Estudo da Santa Casa diz que 70% dos profissionais de saúde e educação não identificam o transtorno”. De acordo com o texto, 186 profissionais, entre pe-

dagogos, fonoaudiólogos, pediatras e psiquiatras, responderam a um questionário e tiveram desempenho aquém do esperado, demonstrando desconhecer informações essenciais. “São profissionais de especialidades envolvidas com o diagnóstico e acompanhamento dos casos e, portanto, deveriam ter um conhecimento básico”, revelou a orientadora do estudo. Ela credita a má performance à falta de formação continuada para os profissionais e revela que os psicopedagogos e neuropsicólogos foram os que apresentaram melhor desempenho. Outra matéria do Estadão (VENTURA, 2015b) denuncia o despreparo dos profissionais quando do diagnóstico (ainda que não seja seu principal objetivo), ao pontuar que “[...] lamentavelmente, ainda há muita polêmica e desinformação dos próprios profissionais que a devem tratar”.

Conclusão

É possível concluir que as matérias jornalísticas, apesar de algumas divergências com relação à revisão bibliográfica apresentada, têm, em sua maioria, potencial positivo no sentido de informar o leitor sobre aspectos importantes da dislexia, com destaque para o esclarecimento do que é o distúrbio, o combate ao mito do déficit intelectual do disléxico e a exposição dos problemas por ele vivenciados. Entende-se que, ao ler as reportagens que mais se aprofundaram no tema, o leitor tem acesso a informações que lhe trazem conhecimento acerca dele. Também é ponto positivo o alerta que uma das matérias faz a respeito da necessidade de diagnóstico precoce. Vale destacar ainda o fato de a entrevistada de uma matéria do Estadão ter dislexia (ainda que seja adquirida), e ter ascendido profissionalmente, se tornando “psicopedagoga, psicoterapeuta, especialista em Medicina Comportamental, dramaturga, escritora e jornalista”, tendo recebido mais de cinquenta prêmios nacionais e quatro internacionais em suas diferentes áreas de atuação. Com isto, a reportagem mostra o quão bem-sucedido um disléxico pode ser quando lhe é oferecido o respaldo de que necessita.

Como pontos negativos temos a ausência de enfoque em questões pedagógicas, no sentido de alertar para a necessidade de que profissionais de educação e as instituições de ensino busquem preparo e conhecimento para lidar com o distúrbio; a definição equivocada de dislexia como “desvio de atenção” (em uma matéria do jornal O Globo); a abordagem superficial do tema em algumas poucas matérias; e, por

fim, o conteúdo da matéria do jornal O Globo em que um pesquisador britânico chama a dislexia de “rótulo” e de “desculpa” encontrada pelos pais para mascarar dificuldades dos filhos nos estudos. De fato, é possível que alguns pais façam da suspeita de dislexia uma espécie de muleta para justificar um desempenho insatisfatório dos filhos que, na verdade pode ser acarretado por outros fatores.

Entretanto, esse tipo de posicionamento pode contribuir para fortalecer ainda mais estereótipos segundo os quais a criança com dislexia é preguiçosa, displicente e pouco empenhada, um estigma que tem vitimado muitos alunos. E se considerarmos que se trata de um estudioso europeu, e que é comum a supervalorização do que se produz além-fronteiras em detrimento da produção local, a fala do estudioso britânico tende a encontrar grande receptividade por parte do leitor menos informado, que seria influenciado negativamente. E apesar de a matéria, ao final, tentar balancear as opiniões, ainda assim parece haver desequilíbrio, não tendo sido possibilitado aos dois lados espaço igualitário. Conclui-se, entretanto, que há mais benefícios que malefícios na publicação das matérias que, apesar de não se pretenderem porta-vozes de conhecimento científico, divulgaram, de certa forma, contribuições para a compreensão do tema. Tais contribuições têm o poder de levar à sociedade em geral informações necessárias para que a comunidade escolar atente para o problema e aprenda a lidar com ele de modo a garantir o sucesso escolar do alunado disléxico.

Referências

Agência Fapesp. É importante identificar dislexia antes de entrar na escola, diz estudo. **O Estadão**, São Paulo, 25 jan. 2012a. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,e-importante-identificar-dislexia-antes-de-entrar-na-escola-diz-estudo,827214>> Acesso em: 02 mar. 2017.

ALERTA aos pais: dificuldade de ler e escrever pode ser dislexia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/alerta-aos-pais-dificuldade-de-ler-escrever-pode-ser-dislexia-19737151>> Acesso em 2 mar. 2017.

APESAR DE não ter cura, dislexia pode ter efeitos amenizados com tratamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <<http://>

oglobo.globo.com/sociedade/saude/apesar-de-nao-ter-cura-dislexia-pode-ter-efeitos-amenizados-com-tratamento-15750253> Acesso em 2 mar. 2017.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM IV – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**.

BEHAN, W. M. H. **James Hinshelwood (1859 – 1919) and developmental dyslexia**. In: ROSE, F. C. Twentieth Century Neurology – The British Contribution. London: Imperial College Press, 2001. p.59-76.

BENTON, A. L. **Dyslexia**: evolution of a concept. Bulletin of the Orton Society, v.30, 1980.

BLOCH, Arnald. Dislético, hiperativo, gigante e manjado: a fábula de um ser digital. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 abr. 2013b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/dislexico-hiperativo-gigante-manjado-fabula-de-um-ser-digital-8110365>> Acesso em 02 mar. 2017.

BODER, E. **Developmental dyslexia**: a diagnostic approach based on three atypical Reading-spelling patterns. Developmental Medicine and Child Neurology, 1973. p. 663-687, 1973.

CRIANÇAS com dislexia ouvem sons de forma diferente. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2013a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/criancas-com-dislexia-ouvem-sons-de-forma-diferente-7624036>> Acesso em 02 mar. 2017.

DISLEXIA é tema de semana Nacional de Conscientização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 out. 2013c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/133829-dislexia-e-tema-de-semana-nacional-de-conscientizacao.shtml>> Acesso em 2 mar. 2017.

DISLEXIA em chinês. **O Estadão**, São Paulo, 13 set. 2014b. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/dislexia-em-chines,1559450>> Acesso em 2 mar. 2017.

ELLIS, A. W. **Leitura, escrita e dislexia: uma análise cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

EVENTO em São Paulo vai ensinar como conviver com problema de dislexia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2013d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1356704-evento->

em-sp-vai-ensinar-como-conviver-com-problema-de-dislexia.shtml> Acesso em 02 mar. 2017.

FALHA na conexão entre partes do cérebro é a causa da dislexia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 dez. 2013e. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/falha-de-conexao-entre-partes-do-cerebro-a-causa-da-dislexia-10984385>> Acesso em 02 mar. 2017.

GENESTRETI, Guilherme. Simpósio questiona conceito da dislexia como uma doença. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 nov. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/eqilibriesaude/834178-simposio-questiona-conceito-da-dislexia-como-uma-doenca.shtml>> Acesso em: 02 mar. 2017.

JOHNSON, D. J.; MYKLEBUST, H. R. **Distúrbios de aprendizagem**: princípios e práticas educacionais. São Paulo. Pioneira: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

KAJIHARA, O. T. **Modelos Teóricos atuais da dislexia do desenvolvimento**. Olhar de Professor. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. Ponta Grossa, 2008, p. 153-168

KAJIHARA, O. T. **Dislexia do Desenvolvimento, Ensino e Plasticidade Cerebral**. In: ALTOÉ, A. (Org.). Temas de educação contemporânea. Cascavel, Edunioeste, 2009.

LYON, G. R.; SHAYWITZ, S. E.; SHAYWITZ, B. A. **A definition of Dyslexia**. Annals of Dyslexia, 2003. v. 53, no 1, p. 1-14.

MAIOR, jornal do Brasil, Folha é líder em diferentes plataformas. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 30 mar. 2014d. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml> Acesso em 11 nov. 2017.

ODA, Felipe. Nem médicos reconhecem a dislexia. **O Estadão**, São Paulo, 28 mar. 2011. Disponível em: <<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,nem-medicos-reconhecem-a-dislexia,698255>>. Acesso em 02 mar. 2017.

PARA PESQUISADOR, rótulo de dislexia é usado com desculpa pelos pais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 fev. 2014a. Disponível em: <<http://oglobo>

globo.com/sociedade/educacao/para-pesquisador-rotulo-de-dislexia-usado-como-desculpa-pelos-pais-11718288> Acesso em 2 mar. 2017.

REY, L. **Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1999. Department of Pediatrics, University of California School of Medicine, Los Angeles, 1973, p.663-687.

ROCHA, Marília. Programa de computador ajuda criança com dislexia. **Folha de São Paulo**, Campinas, 21 abr. 2012b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/1079387-programa-de-computador-ajuda-crianca-com-dislexia.shtml>>. Acesso em 02 mar. 2017.

TAKAHASHI, Fábio. Entidade cobra política para dislexia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 out. 2012c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/71459-entidade-cobra-politica-para-dislexia.shtml>> Acesso em 02 mar. 2017.

TEMPLE, E. et al. **Disrupted neural responses to phonological and orthographic processing in dyslexic children: an fMRI study**. Neuroreport, Philadelphia, 2001, v. 12, p. 299-307.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. Dislexia sem rodeios. **O Estadão**, São Paulo, 19 out. 2015b. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/dislexia-sem-rodeios/>> Acesso em 2 mar. 2017.

VIDEO game pode ajudar na alfabetização de pessoas com dislexia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 fev. 2014c. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/video-game-pode-ajudar-na-alfabetizacao-de-pessoas-com-dislexia-11595474>> Acesso em 2 mar. 2017.